# OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ GOIANIENSE

Ação de extensão executada no âmbito do Edital nº 25/2026/Proex/IFG e do Edital nº 4/2026/Gepex/Câmpus Goiânia/IFG

Resumo: O projeto Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ Goianiense tem como objetivo desenvolver uma ação integrada de ensino, pesquisa e extensão voltada à população LGBTI+ de Goiânia, com foco no mapeamento de demandas sociais, na análise das políticas públicas e dos processos de participação social, na preservação da memória do movimento LGBTI+ e na formação política de novas lideranças. Orientado pelos princípios da Extensão Popular, será desenvolvido de forma dialógica e participativa, articulando conhecimentos acadêmicos aos saberes, experiências e demandas de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e demais sujeitos envolvidos. A metodologia será organizada em três momentos articulados: realização do I Seminário LGBTI+ Goianiense; investigação histórico-documental e participativa sobre as Conferências Municipais LGBT de Goiânia de 2016 e 2025, incluindo roda de escuta com representantes de movimentos sociais e produção de registros de memória; e realização de um curso de formação política voltado a novas lideranças e ativistas LGBTQIA+, por meio da realização do Projeto Somos+ – Formação de Novas Lideranças Ativistas e Militantes LGBTI+, em parceria com a Aliança Nacional LGBTI+. Espera-se, como resultados, ampliar e sistematizar conhecimentos sobre as demandas e políticas públicas destinadas à população LGBTI+ de Goiânia, fortalecer processos de participação e controle social, contribuir para a formação acadêmica, política e cidadã das/os estudantes e participantes e favorecer a preservação e circulação da memória do movimento LGBTI+ goianiense. Entre os produtos previstos, estão nota técnica, material didático digital, acervo de registros e memórias audiovisuais, circulação de material audiovisual e artigo acadêmico.

## 1. Apresentação

### 1.1 Contextualização e demanda social

Não há uma produção sistemática de dados acerca da população LGBTI+ no Brasil, o que dificulta uma aproximação com suas realidades e impede o avanço de políticas específicas. Tal assunto foi tema de um seminário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2025, que demonstrou o protagonismo dos movimentos sociais na produção de dados já que há poucas iniciativas pelo poder público nesse sentido (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2025). Além desse desconhecimento sobre suas reais condições de vida, ainda se esbarra no problema da falta de orçamento para a aplicação das poucas políticas existentes e no conservadorismo de setores da sociedade que atrasam suas implementações. O cenário fica ainda pior quando consideradas as particularidades de cada grupo do conjunto “LGBTI+”, o que impõe à população Trans, em especial, uma maior facilidade para se encontrar em vulnerabilidade social (Reis, 2026).

Conforme aponta Hiago Mendes, diretor do Ministério dos Direitos Humanos e Cidades, até 2023 não havia políticas públicas nacionais específicas para esses setores da população (Rodrigues, 2024). Sua fala vai ao encontro de dados levantados em uma pesquisa que demonstrou uma situação de apagamento dessas nos estados a partir de 2016 (Rodrigues, 2023). Tais situações são preocupantes pois o Brasil ainda foi, no ano de 2025, o país com mais mortes, entre homicídio e suicídio, de pessoas LGBT no mundo, o que resulta na morte de uma LGBT a cada 34 horas no país (Grupo Gay Da Bahia, 2025). Segundo a mesma pesquisa, Goiás passou de décimo terceiro, no ano de 2024, para o quarto estado que mais mata violentamente no país, com Goiânia saindo da oitava para o grupo das quatro capitais com maior criminalidade anti-LGBTI.

### 1.2 Fundamentação teórico-metodológica

A análise desses problemas evidencia os limites da construção de políticas públicas. Nessa perspectiva, políticas públicas correspondem às intervenções ou omissões do Estado frente às demandas sociais, de forma que suas formulações permitem a visualização estrutural da luta de classes em uma sociedade (Henig, 2025). Ao mesmo tempo, ao se compreender o Estado enquanto espaço de realização da política, ou seja, de se fazer mediações, seus processos de formulação permitem analisar, também, a organização da sociedade civil, por meio da participação na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação dessas políticas. Contudo, esse processo participativo encontra suas próprias contradições, de forma que o poder político estabelecido utiliza-se da legalidade do Estado para garantir seus interesses

Portanto, é possível perceber que as políticas públicas são expressões das pressões da classe trabalhadora, que, embora na perspectiva marxista se apresentem como compensatórias e não emancipatórias, como seria o desejável, possuem finalidades importantes para o mínimo existencial dos trabalhadores e suas famílias, seja na qualidade de vida, seja no trabalho, seja ainda na

busca pela superação do modo de produção capitalista (Henig, 2025, p. 6).

O ano de 2016 constitui um marco para se pensar o Estado no Brasil em decorrência do golpe parlamentar ocorrido contra a presidenta Dilma Rousseff. Tal evento pode ser compreendido como o momento político de superação da democracia de cooptação, que marcou a redemocratização, de forma que as classes dominantes retomaram a construção de um Estado forte, orientado para o atendimento de seus interesses diante de uma sociedade civil gelatinosa. Tendo em vista a dependência, tal processo significou o avanço de políticas neoliberais no país, uma vez que as classes dominantes no Brasil são subordinadas aos interesses da grande burguesia internacional (Iasi, 2019).

Embora presentes na política desde meados do século XX, as Conferências Nacionais ganharam, nesse período pós-ditadura, um novo caráter, buscando ampliar a participação social na gestão pública. A partir de 1993, desenvolveram-se de maneira a consolidar um modelo participativo chamado de controle social, sendo essa a forma política dos primeiros governos petistas (Gusso; Fonseca; Avelino, 2025). A partir da busca por políticas compensatórias, acabaram sendo desarticuladoras das lutas sociais ao buscar apenas o acesso a direitos civis e não mais à emancipação política, o que organizou um momento histórico da luta dos trabalhadores a partir de processos no campo da institucionalidade. Contudo, uma vez que a democracia é um movimento de fluxo e refluxo, a escalada autoritária na política brasileira a partir de 2016 levou à desconfiguração dessa forma de participação, sendo os governos Temer e Bolsonaro responsáveis pela diminuição da realização e da importância deliberativa desses espaços.

Chegados os dez anos do golpe de 2016, é preciso medir o impacto das alterações na forma política em reforço de estruturas autocráticas e os impactos que isso causou — e tem causado — junto a populações em situação de vulnerabilidade e desigualdade social. Para tal, cabe problematizar o processo de consolidação da democracia brasileira sob as frágeis bases de um suposto controle social, com base na relativização de instrumentos de coerção burgueses, superando uma tradição de luta pelo fim do Estado.

Jaime Osorio (2020) aponta que o Estado é o centro do poder político, portanto, condensador das forças sociais que organizam a vida comum. Dessa forma, é violência e, ao mesmo tempo, é atravessado por ela, que, por meio da promessa civilizatória, fetichiza as relações de poder, fazendo-as desaparecer em nome de um sentido de comunidade. Se organizador da vida comum a partir de interesses particulares de uma determinada classe, não basta à sociedade civil apenas assumir o controle do Estado para que haja mudanças nas relações de poder, uma vez que mudar a administração não retira o caráter constitutivo de classe do Estado, o que contraria o entendimento de que este seja neutro. Assim,

O aparelho de Estado não é uma garrafa vazia e transparente, que ganhará a cor do líquido que a preencha - (...) -, mas sim um território carregado de interesses de classe, com labirintos e armadilhas prontas para obstruir os projetos de forças sociais e políticas que rejeitem ou questionem a ordem existente. (Osorio, 2020, p. 48)

Nesse sentido, o campo da História se faz de fundamental importância para a desnaturalização de tal ordem, indicando o presente enquanto um processo de intervenção dos homens ao longo do tempo. Renan Quinalha defende que o apagamento da memória LGBT é um projeto de violência em curso, de forma a atrasar respostas às questões do tempo presente (Kutz, 2026). Aproximando-o de Eric Hobsbawm (2013), isso se dá porque o passado é elemento constituinte da consciência humana, de forma que estar em sociedade é se posicionar em relação ao passado — mesmo que para rejeitá-lo. Ele funciona como espaço de busca de respostas para as inquietações do tempo presente. Com a ascensão de movimentos de extrema direita ao redor do mundo, o passado é utilizado como legitimador de violências frente à construção mitológica de retorno a um tempo glorioso que, por sua vez, é de aberta marginalização de grupos sociais. O historiador inglês ainda aponta a impossibilidade de aplicação do passado no presente, já que a mera experiência humana, sem teoria, oferece pouca contribuição à compreensão da realidade, uma vez que as ações humanas tendem a ser recorrentes. Essa compreensão da produção do conhecimento e de sua relação com a realidade social orienta também a perspectiva extensionista adotada pelo projeto.

O projeto se orienta pelas bases teórico-metodológicas da Extensão Popular, compreendida, a partir dos fundamentos da educação popular, como trabalho social útil e como prática capaz de construir relações entre as instituições de ensino e a sociedade por meio da práxis, articulando reflexão e ação sobre a realidade social e contribuindo para o enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais.

Nessa perspectiva, a extensão constitui espaço de articulação entre ensino, pesquisa e sociedade, reconhecendo os sujeitos da comunidade como participantes ativos da produção do conhecimento e tomando suas experiências e realidades como ponto de partida para a reflexão e a ação. A Extensão Popular pressupõe, assim, a aproximação entre sujeitos acadêmicos e sujeitos sociais, em um processo de conhecimento, questionamento, discussão e investigação da realidade que não parte exclusivamente das prioridades acadêmicas, mas se constrói no diálogo com as demandas, experiências e saberes socialmente constituídos (Araújo, 2022).

A Extensão, portanto, compreendida como comunicação, como trabalho social e como articuladora do ensino e da pesquisa, precisa constituir eixo fundamental das ações institucionais interessadas na formação de sujeitos críticos, cidadãos e emancipados. Nessa perspectiva, contribui para que a instituição compreenda a pesquisa como possibilidade efetiva de análise crítica da realidade e de seus fenômenos, problematizando situações-limite e buscando desvelar, de modo compartilhado, atos-limite e inéditos-viáveis, qualificar iniciativas já empreendidas em cada contexto, construir novas possibilidades de ação e ampliar a compreensão dessa realidade, de suas especificidades, desafios e potencialidades (Cruz, 2010; Melo Neto, 2014).

Essa concepção de Extensão Popular também implica problematizar as formas hegemônicas de produção e legitimação do conhecimento, especialmente quando se trata de sujeitos e grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, a crítica à colonialidade do conhecimento aproxima-se diretamente do objeto desta proposta, uma vez que as experiências relacionadas a gênero e sexualidade também foram historicamente submetidas a processos de universalização, apagamento e hierarquização. Maria Lugones (2020), socióloga argentina, aponta a necessidade de descolonizar a produção científica ao questionar

universalismos que apagam experiências singulares. Para ela, o capitalismo eurocentrado introduziu a hierarquia de gênero em sociedades americanas, impondo esse sistema moderno colonial que tem por característica o dismorfismo, o heterossexualismo e o patriarcado, que, por sua vez, guiam as formas de conhecimento.

Victor Santos (2024, p. 329) defende que o debate LGBT em qualquer área vai gerar atritos, se não no campo da moral e dos costumes, no campo da construção de conhecimentos, principalmente devido à centralidade da interdisciplinaridade para o estudo das questões. Assim, identifica uma tentativa de manutenção de marginalização destes mesmos dentro do campo intelectual e questiona que:

Operar somente nessa perspectiva restrita da “minoria” e do “saber localizado” não apenas implica a idealização de um “universal” como reitera uma sistemática de gueto, como se qualquer um desses “conhecimentos de minoria” não dissesse respeito a nada senão a essas mesmas minorias em sua especificidade, ou seja, que elas não partem de um campo social, político, econômico e cultural comum ao dito “universal”. (Santos, 2024, p 329)

Embora muitas vezes colocado no campo do determinismo, o marxismo tem buscado superar visões instrumentais que marcaram o começo do século XX. O método em Marx passa a ser compreendido como a tentativa de reconstrução da totalidade da sociedade burguesa, que se constitui de partes integradas, síntese de várias determinações. Uma vez que as totalidades não são inertes, mas constantemente se transformam, é importante o entendimento da natureza dessas contradições, seus ritmos, limites, controle e soluções, entendendo o presente enquanto um processo histórico de fragmentação do ser social por meio da alienação do trabalho. Tais contradições que ocorrem na totalidade não são diretas, mas são mediadas por estruturas peculiares específicas de cada totalidade: o sistema de mediações.

Uma vez que o Capital é uma estrutura totalizante de controle, como indicado por Mészáros (2002), ele busca, a partir do fetichismo, a quebra de economias autossuficientes, transformando a mercadoria em elo social, sendo o papel do Estado a garantia da manutenção da produtividade para o comércio de demandas ilimitadas. Alterando a forma produtiva de uma sociedade, surge uma nova sociabilidade por meio da práxis, que, a partir de processos de contradição, leva a novos patamares de complexidade. Contudo, a ideia de produção não diz respeito apenas a produtos comerciáveis, mas à reprodução da vida social, criando estruturas materiais e simbólicas de uma sociedade. Cabe ressaltar que, para a América Latina, esse processo se deu no auge do colonialismo, identificado, como defendido por Mbembe (2018), como uma forma social molecular que media o contato entre sociedades diferentes a partir da pura violência contra o dominado, além de sua submissão física, cultural e intelectual.

Antes de seguir no debate acerca do papel do gênero e da sexualidade como relações de poder, é importante demarcar uma leitura que busca aproximar a luta feminista e a luta LGBTI+, identificando que ambas têm em comum a luta pelo fim do patriarcado heterossexual, raiz da opressão à qual ambos os grupos estão submetidos. A partir do pensamento de Mario Mieli (2023), tem-se que a heterossexualidade é uma construção social de opressão baseada na separação dos sexos que perpetua estruturas falocráticas, estabelecendo normas sociais a partir da organização do núcleo familiar pela opressão do feminino. Compreendendo o papel da repressão na reificação da heterossexualidade, o autor afirma que “a condição dos homossexuais é a imagem espelhada de uma sociedade que se reconhece heterossexual” (Mieli, 2023, p. 87), já que sua repressão é “diretamente proporcional à sua importância na vida humana e para a emancipação humana” (Mieli, 2023, p. 137).

Assim, busca-se aproximação com a cientista política Nancy Hartsock (1995) a partir de sua teoria do ponto de vista. Esta parte da crítica da reificação da divisão sexual do trabalho para a construção de uma abordagem materialista histórica que permita a compreensão da dominação falocêntrica. Partindo da compreensão de que as interações sociais são mediadas com a natureza pelos processos produtivos, estas moldam indivíduos e suas teorias do conhecimento, gerando um sistema de dualidades hierárquicas que atuam na subjetividade coletiva. Nessa direção, elenca cinco pontos para a defesa do ponto de vista feminista como análise da totalidade fragmentada, na qual a produção, compreendida como o conjunto dos elementos de reprodução da vida, uma vez alienada, limita a compreensão da realidade. Estruturada a partir de opostos, como burguesia e proletariado, tem-se que a visão de mundo de um grupo é a inversão do outro, organizando os sistemas de dominação. Logo, a opressão não pode ser apenas tida como uma falsificação da realidade, mas é por meio dos movimentos de resistência a ela que se alcança o real, via lutas políticas por novas relações sociais que exponham as relações de dominação entre seres humanos.

Para tal questão, o campo da História Política tem aberto novas possibilidades de pesquisa a partir de embates entre grupos sociais. René Rémond (2003) apresenta que lançar luz sobre os interesses e escolhas políticas, ao mesmo tempo em que se acompanha a intervenção de grupos, demonstra que a política é resultado de uma multiplicidade de fatores. E identifica o político como “lugar de gestão da sociedade global”, definindo seu status e regulamentando seu exercício — daí o papel das leis, por exemplo, ao liberar ou proibir —, apontando a necessidade de rediscussão do entendimento do papel do Estado nas sociedades modernas. Ao mesmo tempo, defende que a política não pode ser entendida enquanto um desenvolvimento linear, mas é feita por rupturas, em que há mais para se pesquisar nos efeitos do que na causa. É por isso que, sendo o ponto de convergência da sociedade, os acontecimentos políticos podem ser lidos como a derrota de uma determinada racionalidade, que modifica o curso das coisas e, portanto, funda novas mentalidades. A política se torna a maior expressão da identidade coletiva.

Esse conjunto de referenciais sustenta, portanto, tanto a análise das políticas públicas e das formas de participação social quanto a opção metodológica por uma ação extensionista construída em diálogo com os sujeitos e organizações envolvidos, articulando investigação, formação e intervenção na realidade social.

### 1.3 Articulação entre ensino, pesquisa e extensão em perspectiva interdisciplinar

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) (IFG, 2018, p. 3) assevera que “a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve orientar a construção das ações e definir os objetivos da instituição”. Visa-se, portanto, assegurá-la como princípio estruturante desta ação de extensão, em convergência com o que se estabelece para a atuação dos Institutos Federais, conforme a Lei nº 11.892/2008. Para isso, tanto na proposição geral quanto na realização das metas, parte-se da concepção expressa no

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de que a extensão é o espaço em que o IFG articula o saber-fazer à realidade social, econômica, cultural e ambiental e em que ensino e pesquisa se articulam às demandas da população (IFG, 2019, p. 39).

Nesse sentido, esta proposta toma como referência a Ação 25 do PDI para a extensão, segundo a qual os projetos de extensão, articulados à pesquisa e ao ensino, devem buscar solucionar oportunidades/problemas, considerando a participação das/os estudantes. Essa orientação converge com as diretrizes da Política de Extensão do PDI, que preveem a integração entre ensino e pesquisa no atendimento às demandas da sociedade e a inter-relação entre conhecimento acadêmico e saber popular, reconhecendo a comunidade como sujeito de decisão e transformação (IFG, 2019, p. 140). Desse modo, “a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão implica uma perspectiva mais ampliada, tendo estudantes, servidores e a comunidade atendida como sujeitos comprometidos com a democratização dos saberes” (IFG, 2019, p. 5).

No âmbito desta proposta, essa articulação se concretiza na composição de uma equipe executora formada por servidoras/es, discentes, egressas/os e integrantes da comunidade externa e na construção coletiva das diferentes etapas da ação. Os conhecimentos produzidos não se restringem, assim, aos saberes acadêmicos, mas resultam do diálogo com os saberes constituídos nas experiências dos sujeitos e dos espaços sociais envolvidos. Esse processo repercute simultaneamente na formação das e dos estudantes, na comunidade externa e na própria produção de conhecimento, permitindo que os saberes construídos na interação extensionista sejam sistematizados e alcancem também espaços de produção e circulação do conhecimento tradicionalmente associados à pesquisa. Não se trata, pois, da simples coexistência de atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas de um processo no qual formação, produção de conhecimento e intervenção na realidade social se constituem mutuamente.

Essa articulação se expressa de forma particular na investigação histórico-documental das políticas públicas voltadas à população LGBTI+ de Goiânia e dos processos e resultados das Conferências Municipais LGBT de 2016 e 2025. Os documentos e dados levantados serão colocados em diálogo com as experiências, demandas e avaliações dos sujeitos e organizações que participam da construção e do acompanhamento dessas políticas, especialmente por meio das atividades de escuta e interlocução com movimentos sociais e organizações da sociedade civil. O conhecimento produzido será, assim, alimentado pela realidade social e a ela retornará por meio da sistematização, discussão e socialização dos resultados, contribuindo para o objetivo definido pelo PDI de democratizar e socializar o conhecimento mediante relação dialógica com a sociedade (IFG, 2019, p. 139).

O seminário, a roda de escuta, o curso de formação política, a nota técnica e os demais produtos previstos materializam esse movimento. Não se destinam apenas à divulgação dos resultados da investigação, mas também à sua discussão, reelaboração e apropriação pelos sujeitos envolvidos. A nota técnica, em especial, buscará sistematizar demandas, avanços e retrocessos identificados ao longo da execução, oferecendo subsídios para o debate, a formulação, o acompanhamento e o aprimoramento de políticas públicas destinadas à população LGBTI+ de Goiânia.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão será desenvolvida, ainda, em perspectiva interdisciplinar, em consonância com o PDI, que compreende a própria extensão como processo interdisciplinar de interação transformadora entre a Instituição e os diversos setores da sociedade (IFG, 2019, p. 138), e com o PPPI, que orienta as práticas acadêmicas pela integração entre conhecimentos gerais e específicos, entre teoria e prática e entre diferentes dimensões da formação. Essa perspectiva é necessária diante da complexidade do objeto desta ação, que envolve políticas públicas, participação social, memória, formação política, diversidade sexual e produção de conhecimentos e, por isso mesmo, não pode ser adequadamente compreendido a partir de um único campo disciplinar. Em consonância com a Resolução nº 24/2019/Consup/IFG, a interdisciplinaridade é assumida nesta proposta como perspectiva de integração entre diferentes áreas do conhecimento e de articulação entre métodos, saberes e experiências na compreensão da realidade e na atuação junto à comunidade. Assim, mais do que característica decorrente da composição diversa da equipe, ela orienta a leitura do objeto, a construção das estratégias de intervenção e a própria execução das diferentes etapas da ação.

Nesse processo, a História contribuirá especialmente para a investigação documental, a contextualização dos processos políticos, a análise das permanências e transformações verificadas entre as conferências e a preservação da memória do movimento LGBTI+ goianiense, as Ciências Sociais e a Sociologia, para a compreensão das relações entre Estado e sociedade civil, dos processos de participação e controle social, dos movimentos sociais e das políticas públicas, e o Design poderá contribuir para a sistematização, a comunicação e a circulação social dos conhecimentos produzidos, especialmente por meio dos materiais formativos, da circulação de material audiovisual e das estratégias de socialização dos resultados. As áreas de Letras e Educação poderão contribuir para os processos formativos, para a produção dos materiais, para a análise e adequação dos gêneros textuais mobilizados nas diferentes etapas e para a reflexão sobre as práticas educativas desenvolvidas.

Essa contribuição não será organizada segundo uma simples divisão disciplinar de tarefas. Os diferentes referenciais, métodos e experiências serão mobilizados conjuntamente no planejamento, na investigação, na análise, no diálogo com a comunidade e na produção dos resultados. A análise histórico-documental das conferências, por exemplo, será articulada à compreensão das formas de participação política e das demandas sociais nelas expressas, confrontada com os saberes e experiências dos sujeitos e movimentos participantes e integrada aos processos de sistematização e comunicação dos resultados. Desse modo, a perspectiva interdisciplinar não se restringe à interlocução entre campos acadêmicos, mas alcança também a relação entre os conhecimentos por eles produzidos e os saberes socialmente constituídos, contribuindo para superar leituras fragmentadas do objeto e para qualificar as ações de formação, memória, participação social e incidência em políticas públicas previstas no projeto.

### 1.4 Relação dialógica, inclusão e impacto social

A relação dialógica com a sociedade constitui dimensão central desta proposta, especialmente porque seu objeto exige interlocução permanente com sujeitos, movimentos e organizações diretamente implicados na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas voltadas à população LGBTI+. O PPPI afirma que a formação integral no IFG deve manter vínculo

com as necessidades sociais e culturais, sobretudo aquelas provenientes de setores historicamente excluídos da apropriação dos bens sociais, científicos e tecnológicos e da participação efetiva nas decisões políticas (IFG, 2018, p. 2). Nessa direção, a proposta busca aproximar a atuação institucional das demandas concretas da população LGBTI+ de Goiânia, compreendendo seus sujeitos e organizações não apenas como público beneficiário, mas como interlocutores na construção das diferentes etapas da ação.

Essa concepção também encontra respaldo no PDI, que estabelece, entre os objetivos do IFG, a efetivação de um espaço educacional democrático capaz de garantir participação, representatividade e permanência de minorias identitárias, de gênero e sexualidades; a manutenção de diálogo permanente com os arranjos sociais e culturais locais por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão; a promoção do diálogo com a comunidade externa; e a preservação do patrimônio sociocultural das regiões de atuação dos câmpus (Objetivos Institucionais 9, 10, 11 e 12; IFG, 2019, p. 15). Nesta proposta, esses objetivos se expressam na escolha de uma temática vinculada à diversidade sexual e de gênero, na articulação com movimentos e entidades da sociedade civil, na investigação das políticas públicas do município e na preservação e socialização da memória do movimento LGBTI+ goianiense.

A Política de Extensão do próprio PPPI reforça essa orientação ao estabelecer que as ações extensionistas devem promover interação sistematizada do IFG com a sociedade, inclusive por meio de iniciativas articuladas com administrações públicas e entidades da sociedade civil, assim como considerar a comunidade como sujeito de decisão e transformação (IFG, 2018, p. 39-40). Essa diretriz se concretiza, nesta proposta, na roda de escuta, no seminário, nas atividades de formação e no diálogo com organizações parceiras, espaços nos quais os conhecimentos produzidos pela investigação documental serão confrontados com experiências, interpretações e demandas dos sujeitos envolvidos. Pretende-se que a comunidade externa participe não apenas como destinatária dos resultados, mas também de sua problematização, qualificação e socialização.

O impacto social esperado decorre justamente dessa dinâmica de participação. A análise comparativa das Conferências Municipais LGBT de 2016 e 2025, articulada às experiências dos movimentos e organizações sociais, permitirá identificar permanências, mudanças, avanços e retrocessos nas políticas públicas voltadas à população LGBTI+ de Goiânia. A sistematização desses elementos em nota técnica poderá oferecer subsídios para processos de formulação, acompanhamento e aprimoramento de políticas públicas e para a atuação de sujeitos e organizações nos espaços de participação e controle social.

Nessa seara, a proposta se articula à função social atribuída à extensão pelo PPPI, segundo a qual a atuação do IFG junto às demandas da população deve contribuir para consolidar a Instituição como espaço de socialização do conhecimento voltado à superação das desigualdades sociais (IFG, 2018, p. 38). A formação política de novas lideranças, a produção da nota técnica, o registro e a preservação da memória do movimento LGBTI+ goianiense e a circulação dos conhecimentos produzidos por meio de materiais formativos e a circulação dos materiais audiovisuais constituem estratégias pelas quais a ação pretende ampliar possibilidades de participação social, fortalecer organizações e contribuir para maior visibilidade das demandas desse segmento da população.

A dimensão inclusiva da proposta não se restringe, pois, à ampliação quantitativa do acesso às atividades, mas envolve a criação de condições para que sujeitos historicamente submetidos a processos de invisibilização e desigualdade possam participar da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos construídos. O próprio PDI inclui, entre seus objetivos institucionais, a garantia de participação e representatividade de minorias identitárias, de gênero e sexualidades (Objetivo 9; IFG, 2019, p. 15), enquanto o PPPI estabelece o respeito à diversidade de gênero e às diferentes formas de produção e apreensão do conhecimento entre os princípios que orientam as práticas acadêmicas do IFG (IFG, 2018, p. 3).

Nesse sentido, a organização das atividades buscará favorecer a participação da comunidade externa e considerar as especificidades dos públicos envolvidos, inclusive quanto às formas de comunicação, aos espaços de realização e à circulação dos materiais produzidos. Inclusive, pretende-se assegurar que os produtos da ação permaneçam disponíveis para movimentos, organizações, instituições públicas e demais sujeitos interessados, ampliando o alcance social dos resultados para além do período de execução do projeto.

Por fim, a dimensão territorial da proposta é reforçada pela própria delimitação de Goiânia como espaço de investigação e intervenção. O PDI inclui entre os objetivos institucionais a preservação do patrimônio sociocultural da região de influência de cada câmpus (Objetivo 12; IFG, 2019, p. 15). Ao reunir documentos, memórias, experiências e registros relacionados à trajetória do movimento LGBTI+ goianiense e às políticas públicas construídas no município, a proposta também contribui para preservar e tornar acessível uma dimensão da memória social local historicamente pouco registrada e sistematizada.

### 1.5 Formação e participação discente

A participação das e dos estudantes nesta proposta é compreendida como dimensão formativa da própria extensão, e não apenas como colaboração na execução de atividades. Essa concepção converge com o PPPI, que vincula a formação integral às necessidades sociais e culturais e, especialmente, às demandas de setores historicamente excluídos da apropriação dos bens sociais e da participação efetiva nas decisões políticas (IFG, 2018, p. 2). No âmbito deste projeto, isso se concretiza pela inserção das/os estudantes em uma ação voltada às políticas públicas, aos direitos, à memória, à participação social e às desigualdades que atingem a população LGBTI+.

Essa dimensão formativa também se articula ao currículo. As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1/2012, estabelecem que a Educação em Direitos Humanos deve integrar os Projetos Pedagógicos de Curso, os Planos de Desenvolvimento Institucional e as atividades de ensino, pesquisa e extensão, podendo ser desenvolvida de forma transversal e interdisciplinar. A norma fundamenta essa formação, entre outros princípios, na igualdade de direitos, no reconhecimento e na valorização das diferenças e diversidades e na democracia na educação. Nessa direção, o Plano Nacional de Educação 2026–2036, instituído pela Lei nº 15.388/2026, também orienta a política educacional para a promoção dos direitos humanos, o respeito à diversidade, o exercício da cidadania e a superação das desigualdades e formas de discriminação.

Desse modo, ainda que esta ação não esteja vinculada exclusivamente a um único curso, sua temática e metodologia dialogam com princípios e conteúdos formativos que devem atravessar os PPCs de uma instituição pública, democrática e socialmente referenciada. A análise das políticas públicas destinadas à população LGBTI+, dos processos de participação social, das desigualdades, da memória e das estratégias de defesa e ampliação de direitos constitui oportunidade concreta de articulação entre formação acadêmica, Educação em Direitos Humanos e compreensão crítica da realidade. Tal perspectiva converge também com o PPPI do IFG, que estabelece, entre os princípios orientadores da formação, o respeito aos direitos humanos e às diversidades sexual e de gênero, além da integração aos saberes locais e da comunidade (IFG, 2018, p. 22).

Essa participação não se restringirá à execução de tarefas previamente definidas. No desenvolvimento da ação, as/os estudantes participarão do levantamento e da análise documental, da investigação histórica, do diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, do planejamento e da execução das atividades extensionistas, da sistematização de informações e da produção e socialização de conhecimentos. A Resolução nº 24/2019/Consup/IFG estabelece, entre os princípios da extensão, sua articulação com o ensino e/ou a pesquisa, associando teoria e prática à formação e ao protagonismo dos estudantes (art. 7º, IV). Em consonância com essa orientação, as/os discentes participarão também da análise dos resultados, da avaliação das atividades e das decisões relativas ao desenvolvimento das metas, podendo propor ajustes nos procedimentos e estratégias adotados. O protagonismo discente é compreendido, por conseguinte, como participação efetiva na construção da ação extensionista e na produção de seus resultados.

A proposta buscará, ainda, favorecer a participação de estudantes em situação de desigualdade socioeconômica, inclusive por meio da concessão de bolsa de extensão, observados os critérios do edital e os procedimentos institucionais pertinentes. Essa preocupação encontra correspondência no PDI do IFG, que prevê ações voltadas a minimizar os efeitos das desigualdades educacionais, socioeconômicas e culturais que dificultam o desenvolvimento acadêmico das/os estudantes (IFG, 2019, p. 128).

Nesse viés, a formação discente não constitui resultado secundário da proposta, mas integra sua própria metodologia: a investigação produz elementos para a ação extensionista; o diálogo com a comunidade problematiza e qualifica a produção do conhecimento; e a participação das/os estudantes em todas essas etapas constitui espaço de formação acadêmica, política e cidadã. Busca-se, dessa forma, contribuir para a formação de sujeitos capazes de relacionar conhecimentos de suas áreas às questões sociais concretas, atuar coletivamente, dialogar com diferentes formas de produção de saberes e compreender criticamente as relações entre direitos, políticas públicas, participação social, desigualdade e diversidade.

Nessa mesma perspectiva, convém destacar que esta proposta surge do diálogo com um egresso do curso de História do IFG, cuja trajetória institucional foi marcada pela participação no movimento estudantil, em comissões e espaços colegiados, pela defesa da participação democrática e pelo envolvimento em ações de extensão ao longo de sua formação na graduação. Esse protagonismo discente se desdobra, agora, na elaboração e execução desta proposta, da qual o egresso participa como colaborador externo e coautor. Tal percurso evidencia a continuidade dos vínculos formativos construídos no IFG e materializa sua função social ao demonstrar que a formação oferecida pela Instituição pode ultrapassar o período de permanência formal do estudante, produzindo sujeitos que retornam à comunidade acadêmica e à sociedade como participantes ativos na construção de ações voltadas à cidadania, à participação social e à transformação da realidade.

**2. Público-alvo**

A ação tem como público-alvo prioritário a população LGBTI+ de Goiânia, especialmente pessoas vinculadas a movimentos sociais, coletivos, organizações da sociedade civil e espaços de participação e controle social, bem como novas lideranças e ativistas interessadas/os na discussão e na incidência sobre políticas públicas. Considerando o caráter formativo, dialógico e interdisciplinar da proposta, suas atividades também poderão alcançar outros sujeitos da comunidade externa interessados na temática, particularmente aqueles envolvidos com direitos humanos, políticas públicas, participação social e diversidade sexual e de gênero.

Nos termos dos editais submetidos, a proposta contempla prioritariamente o público previsto no inciso IX, referente a grupos, coletivos e movimentos de identidade e diversidade sexual e de gênero. Pela natureza da ação, por sua fundamentação teórica e pelos objetivos de formação política, participação social e enfrentamento às desigualdades, a proposta busca alcançar também os públicos previstos nos incisos IV e V do mesmo item.

No que se refere ao inciso IV, a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social, violência e exclusão do mundo do trabalho relaciona-se diretamente à abordagem adotada pelo projeto, que aproxima as lutas feminista e LGBTI+ a partir da compreensão de que as desigualdades de gênero e sexualidade são atravessadas por relações de poder estruturadas pelo patriarcado, pela normatização da sexualidade e pela divisão social e sexual do trabalho. Dessa forma, mulheres LGBTI+ e outras mulheres interessadas nas relações entre gênero, sexualidade, direitos e políticas públicas poderão participar das atividades propostas, especialmente daquelas de formação, debate e produção coletiva de conhecimento.

Em relação ao inciso V, a proposta busca alcançar jovens em situação de vulnerabilidade social, violência ou exclusão educacional, especialmente jovens LGBTI+ interessados em processos de formação política e participação social. Esse público se articula diretamente ao objetivo de formação de novas lideranças previsto no projeto, na medida em que as atividades de formação, o seminário e os espaços de diálogo pretendem ampliar conhecimentos sobre direitos, políticas públicas, controle social, organização dos movimentos sociais e formas de participação e incidência política.

A consideração desses diferentes públicos não representa uma ampliação dissociada do objeto da ação, mas decorre da compreensão de que as desigualdades relacionadas a gênero, sexualidade, geração, classe e acesso a direitos se articulam na experiência concreta dos sujeitos. Essa perspectiva é coerente com a fundamentação teórica do projeto, que aproxima a luta feminista e a luta LGBTI+ e reconhece a necessidade de compreender as diferentes formas de opressão e desigualdade em suas

relações, bem como com a concepção de Extensão Popular adotada, baseada no diálogo com sujeitos e grupos socialmente constituídos.

As atividades do projeto serão amplamente divulgadas, terão inscrição aberta à comunidade e gerarão certificados de participação. A participação ocorrerá por meio de editais de chamada pública, buscando assegurar transparência, equidade, isonomia e ampla participação. Será garantido o percentual mínimo de 80% das vagas para a comunidade externa.

No seminário, a inscrição será aberta às pessoas interessadas por meio de chamada pública. Caso o número de inscrições seja superior ao número de vagas disponíveis, definido de acordo com a capacidade do espaço reservado, a seleção será realizada por sorteio público, conforme previsto no edital.

No tocante ao curso, a participação se dará por meio de edital público próprio, elaborado pela equipe do projeto com base nas diretrizes do Projeto Somos+. Os critérios de inscrição, seleção e participação serão definidos considerando essas diretrizes e as condições orçamentárias disponíveis para a realização da capacitação. Caso não estejam disponíveis os recursos financeiros necessários à realização do curso nos moldes previstos pelo Projeto Somos+, a formação será readequada às condições existentes, preservando-se o objetivo de promover a formação política de novas lideranças ativistas e militantes LGBTI+.

Quanto à composição da equipe executora, além das/os integrantes já cadastrados na proposta, serão selecionadas/os 6 (seis) estudantes para participação sistemática no desenvolvimento da ação, especialmente na organização do primeiro e do terceiro momentos e na execução do segundo. A seleção será realizada por meio de edital público, mediante análise de carta de intenção, e será destinada a estudantes que se autodeclarem LGBTI+. Serão destinadas 2 (duas) vagas a estudantes do curso de História e 4 (quatro) vagas a estudantes de outras áreas, com prioridade para discentes das áreas de Ciências Sociais, Sociologia e Design. As/os estudantes selecionados integrarão a equipe executora, participando também do planejamento, acompanhamento, avaliação e sistematização dos resultados, em consonância com o protagonismo discente previsto na proposta.

**3. Objetivo**

Desenvolver um projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão voltado à população LGBTI+ de Goiânia, com foco no mapeamento de suas demandas sociais, na preservação de sua memória, na discussão acerca dos limites da participação social na forma democrática brasileira e na formação política de lideranças para atuação na formulação, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas, articulando a produção acadêmica de conhecimento aos saberes, experiências e demandas dos sujeitos e organizações da sociedade civil envolvidos na ação.

3.1 Objetivos específicos:

- Analisar as principais demandas da população LGBTI+ em Goiânia a partir dos relatórios finais das Conferências Municipais LGBT de 2016 e 2025, considerando seus contextos históricos e políticos;
- Investigar o histórico de políticas públicas voltadas à população LGBTI+ no município ao longo da última década, identificando avanços, limites e retrocessos;
- Promover a formação política de lideranças LGBTI+ por meio da realização do I Seminário LGBTI+ Goianiense e do curso Projeto Somos+ – Formação de Novas Lideranças Ativistas e Militantes LGBTI+, em parceria com a Aliança Nacional LGBTI+;
- Fortalecer a organização da sociedade civil LGBTI+ local, incentivando sua atuação nos espaços de participação e controle social e sua interlocução com o IFG na produção e socialização dos conhecimentos desenvolvidos no âmbito da ação;
- Fomentar a preservação da memória do movimento LGBTI+ goianiense, valorizando suas trajetórias, lutas e experiências e contribuindo para sua sistematização e circulação social;
- Produzir nota técnica que subsidie a formulação de políticas públicas e contribua para o debate acadêmico e social sobre o tema.

**4. Metodologia**

A execução do projeto será organizada em três momentos articulados e complementares, correspondentes aos objetivos de formação e diálogo com a comunidade, investigação e sistematização das demandas e políticas públicas e formação política de novas lideranças. As/os integrantes da equipe executora participarão do planejamento, desenvolvimento, sistematização e avaliação das diferentes etapas, mantendo interlocução com movimentos sociais e organizações parceiras ao longo da ação.

O primeiro momento é a realização do I Seminário LGBTI+ Goianiense: memória, participação e desafios [título provisório], buscando recuperar uma longa tradição dos movimentos sociais brasileiros do século XX. Os seminários foram importantes espaços de discussão e articulação de programas e ações políticas, permitindo um amplo fôlego aos movimentos de massas e marcando um dos momentos mais politizados da sociedade brasileira, característica que tem seu ápice nos anos pré-golpe de 1964. Nessa perspectiva, tal espaço tem por objetivo ser local de aglutinação de militantes LGBTI+ goianos e referências no assunto para a discussão das diversas realidades enfrentadas por estes na cidade, de forma a gerar acúmulos sobre o tema e as experiências de luta no estado. A proposta é que seja organizado em torno de cinco grandes temas a serem definidos coletivamente pela equipe executora, buscando abarcar uma discussão acerca do papel da extensão popular, dos métodos de análise social, da formação social brasileira e da organização do movimento LGBTI+ no estado de Goiás. Os debates e registros produzidos no seminário também servirão como subsídios para a etapa posterior de investigação e sistematização.

No segundo momento do projeto, será desenvolvida uma etapa de investigação histórico-documental e de sistematização participativa sobre as Conferências Municipais LGBT de Goiânia dos anos de 2016 e 2025. Inicialmente, será realizada uma

pesquisa sobre o contexto de realização de cada conferência, considerando os cenários político, social e institucional que marcaram sua organização. Em seguida, serão estudados os documentos norteadores de cada processo, como decretos de convocação, regimentos, textos-base e demais normativas, buscando compreender as diretrizes e os mecanismos de participação. Também será realizada a caracterização dos participantes, considerando a representação da sociedade civil, dos movimentos sociais e do poder público em cada edição. Na sequência, será desenvolvido um estudo comparativo dos relatórios finais das conferências, com o objetivo de identificar permanências, mudanças, prioridades e desafios nas deliberações aprovadas ao longo das diferentes edições.

Para essa etapa, busca-se promover uma roda de escuta com representantes dos movimentos sociais LGBTI+ de Goiás para refletir sobre os últimos dez anos do movimento no estado, possibilitando o diálogo entre os achados da pesquisa documental e as experiências dos sujeitos envolvidos na construção e no acompanhamento das políticas públicas. A roda de escuta funcionará também como espaço de problematização e qualificação dos resultados preliminares da pesquisa documental, de modo a evitar que a análise se restrinja às fontes institucionais. Como produto, será lançada uma nota técnica indicando as principais demandas, avanços e retrocessos nas políticas públicas LGBT+ no município.

Por meio dos diálogos e escutas realizadas nessa etapa e considerando a falta de memória acerca do movimento LGBT+ goiano, buscar-se-á produzir e arquivar memórias audiovisuais que possibilitem a organização e produção de curtas metragens acerca do tema, o que demandará a busca ativa de novas parcerias. Busca-se também circulação do material audiovisual como publicitação dos levantamentos e achados históricos realizados durante a pesquisa. Tais pontos se fazem importantes, pois há poucas mostras ou exposições que tratam sobre o tema da diversidade sexual, propiciando novas interpretações sobre o passado que contribuam para melhor compreender o presente.

No terceiro momento do projeto, será realizado um curso de formação política voltado a novas lideranças e ativistas LGBTI+, por meio da realização do Projeto Somos+ - Formação de Novas Lideranças Ativistas e Militantes LGBTI+, em parceria com a Aliança Nacional LGBTI+. A realização do curso nos moldes previstos pelo Projeto Somos+ dependerá da disponibilidade dos recursos financeiros necessários à sua execução. Caso esses recursos não estejam disponíveis no período previsto, a formação será readequada às condições existentes, preservando-se o objetivo de formação política de novas lideranças e ativistas LGBTI+. O curso abordará temas relacionados à história do movimento LGBTI+, participação social, controle social, formulação de políticas públicas, direitos humanos, incidência política e organização dos movimentos sociais, articulando os resultados produzidos nas etapas anteriores do projeto com processos formativos voltados ao fortalecimento das capacidades de atuação das novas lideranças. Ao final da formação, espera-se contribuir para a ampliação da participação qualificada da sociedade civil nos espaços de controle social e para o fortalecimento da memória e da organização política do movimento LGBTI+ em Goiânia e em Goiás. Os conteúdos e materiais produzidos no curso serão sistematizados de modo a permitir sua circulação e eventual reaplicação por coletivos, movimentos e organizações sociais.

Observação: a previsão inicial é de que as atividades com a comunidade externa (seminário, roda de escuta e curso) ocorram no Câmpus. Para isso, a definição das datas estará condicionada ao deferimento da reserva de espaço compatível com as necessidades de cada atividade, constituindo essa uma condição básica para a publicação das chamadas públicas. Ressalta-se, porém, que essa previsão poderá ser alterada caso a equipe executora compreenda, ao longo do processo, ser mais pertinente a realização das atividades em espaço externo ao Câmpus.

**5. Avaliação**

O acompanhamento e a avaliação serão desenvolvidos de forma contínua, processual, formativa e participativa, ao longo de todas as etapas de execução do projeto. Em consonância com a concepção de Extensão Popular que orienta a proposta e com os princípios e diretrizes da extensão no IFG, a avaliação não será compreendida apenas como verificação do cumprimento de atividades previamente planejadas, mas como processo de reflexão coletiva sobre a própria ação, capaz de produzir aprendizados e subsidiar ajustes ao longo de sua realização. Nesse sentido, servidoras/es, discentes e sujeitos da comunidade externa envolvidos participarão do processo avaliativo, reconhecendo-se que a qualidade e a pertinência social da ação não podem ser definidas exclusivamente pela equipe institucional.

O acompanhamento será realizado pela equipe executora durante todo o período do projeto, por meio de reuniões periódicas de planejamento e avaliação, registros das atividades desenvolvidas, acompanhamento do cronograma e das metas, sistematização da participação nas ações e análise do desenvolvimento dos produtos previstos. Após cada uma das principais atividades abertas (seminário, roda de escuta e curso de formação), serão realizados momentos específicos de avaliação com as/os participantes, buscando identificar a pertinência dos temas abordados, a adequação das metodologias utilizadas, os conhecimentos produzidos e as questões suscitadas no processo e possíveis necessidades de alteração ou aprofundamento das etapas seguintes.

A avaliação da comunidade externa ocorrerá por instrumentos compatíveis com a natureza de cada atividade, podendo envolver rodas de avaliação, registros escritos, formulários breves e outros mecanismos de manifestação das/os participantes, a depender das decisões tomadas coletivamente pela equipe executora. Esses instrumentos terão caráter predominantemente qualitativo e dialógico e não se limitarão à aferição da satisfação, buscando compreender em que medida a ação responde às demandas apresentadas, favorece a circulação e a construção compartilhada de conhecimentos e fortalece possibilidades de participação e atuação coletiva. As contribuições recebidas serão registradas e discutidas pela equipe executora e poderão subsidiar adequações no planejamento, nos conteúdos, nas metodologias e nos produtos da ação.

O acompanhamento da participação discente será igualmente formativo. Além do cumprimento das atividades previstas, serão considerados o envolvimento das/os estudantes no planejamento e nas decisões do projeto, sua participação nos processos de

investigação, interlocução com a comunidade, sistematização e avaliação das atividades, além da sua capacidade de relacionar os conhecimentos acadêmicos às questões sociais encontradas ao longo da ação. A avaliação será realizada em diálogo com as/os próprias/os estudantes, incluindo momentos de autoavaliação e reflexão coletiva sobre sua formação e sobre sua participação na construção da ação extensionista.

Serão utilizados como indicadores quantitativos e qualitativos de acompanhamento e avaliação:

- cumprimento das etapas, metas e atividades previstas no cronograma;
- número e perfil das/os participantes nas atividades, com acompanhamento da participação da comunidade externa;
- participação de movimentos sociais, coletivos, organizações da sociedade civil e demais parceiros nas atividades e processos de interlocução;
- número de participantes, frequência e conclusão das atividades formativas;
- realização e qualidade dos processos de escuta e diálogo com a comunidade;
- quantidade e diversidade de documentos e registros analisados na investigação histórico-documental;
- contribuições da comunidade incorporadas às análises, atividades e produtos do projeto;
- elaboração e socialização da nota técnica, dos materiais formativos, dos registros de memória e dos demais produtos previstos;
- percepção das/os participantes acerca da relevância social das atividades, dos conhecimentos produzidos e de suas possibilidades de utilização;
- participação e protagonismo discente nas diferentes etapas do projeto;
- identificação de dificuldades, limites, resultados não previstos e alterações realizadas durante a execução.

Os indicadores quantitativos serão interpretados em articulação com os registros qualitativos produzidos durante o processo, evitando reduzir a avaliação da ação ao número de participantes, atividades realizadas ou produtos entregues. Particularmente por se tratar de uma proposta voltada à participação social, à memória, à formação política e às políticas públicas, serão considerados também os processos construídos, as interlocuções estabelecidas e a capacidade da ação de produzir conhecimentos socialmente relevantes e apropriáveis pelos sujeitos envolvidos.

Ao término de cada um dos três momentos metodológicos, será realizada uma síntese avaliativa pela equipe executora, incorporando as avaliações da comunidade participante e identificando aspectos a serem mantidos, aprofundados ou modificados na etapa subsequente.Ao final do projeto, será realizada uma avaliação global e coletiva, cujos resultados serão sistematizados no relatório final da ação e considerados na análise do alcance dos objetivos e das metas previstas. Os processos, resultados e aprendizados produzidos ao longo da ação também subsidiarão a elaboração do artigo acadêmico previsto entre os produtos do projeto. Desse modo, acompanhamento e avaliação funcionarão também como mecanismos de retroalimentação da própria ação, preservando seu caráter dialógico e permitindo que a experiência construída entre IFG e comunidade interfira efetivamente nos caminhos e resultados do projeto.

Durante o acompanhamento, poderão ser incorporados outros instrumentos de avaliação propostos pela equipe ou pela comunidade participante, preservando-se o caráter horizontal, dialógico e formativo da avaliação extensionista e a possibilidade de reorientação da ação a partir dos sujeitos envolvidos.

**6. Produtos**

- Nota técnica com diagnóstico das demandas da população LGBTI+ de Goiânia, com base na análise das Conferências Municipais (2016 e 2025) e na roda de escuta, apresentando recomendações para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas;
- Material didático digital, elaborado a partir do curso de formação política desenvolvido pelo projeto, contendo conteúdos sobre Estado, políticas públicas e movimentos sociais. O material será sistematizado de forma acessível para possibilitar sua reaplicação por coletivos, organizações sociais e educadores, contribuindo para a continuidade das ações formativas para além da execução do projeto;
- Artigo acadêmico voltado à sistematização da experiência desenvolvida pelo projeto, registrando suas metodologias, processos formativos, aprendizados e impactos sociais;
- Tradução do texto: HARTSOCK, Nancy C. M. The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: TUANA, Nancy; TONG, Rosemarie (ed.). Feminism and philosophy: essential readings in theory, reinterpretation, and application. Boulder: Westview Press, 1995. p. 67–91;
- Acervo digital de registros e memórias audiovisuais do movimento LGBTI+ goianiense, produzido a partir das atividades de escuta e investigação desenvolvidas no projeto, com vistas à preservação, sistematização e socialização da memória, a ser organizado em repositório digital definido pela equipe, em diálogo com o IFG, buscando assegurar sua preservação, guarda e acesso, e com previsão de disponibilização de cópia ao Museu da Imagem e do Som (MIS), mediante articulação e aceite institucional;
- Circulação do material audiovisual produzido, por meio de estratégias de divulgação e socialização definidas pela equipe, em diálogo com o IFG e com organizações parceiras, buscando ampliar o acesso aos registros e memórias do movimento LGBTI+ goianiense e contribuir para sua preservação, apropriação social e utilização em ações formativas, culturais e de memória.

**Referências**

ARAÚJO, Renan Soares de. Diferentes expressões da prática extensionista orientada pelo referencial da concepção freiriana de educação popular. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 21, ed. esp., p. 65-86, 2022. DOI: https://doi.org/10.14393/REP-2022-67196. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/67196. Acesso em: 3 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 3 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: CNE, 2012. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 3 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15388.htm. Acesso em: 3 set. 2026.

CASARA, Rubens. Contra a miséria neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão popular: a pedagogia da participação estudantil em seu movimento nacional. 2010. 339 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4749. Acesso em: 3 set. 2026.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). Observatório 2025: mortes violentas de LGBT+ no Brasil. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2025. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2026/01/RELEASE-Mortes-Violentas-de-LGBT%5EM%5EJ-2025-GGB.pdf. Acesso em: 3 set. 2026.

GUSSO, Ramon José; FONSECA, Igor Ferraz da; AVELINO, Daniel Pitangueira de. Conferências nacionais e (des)democratização: uma análise da trajetória brasileira (1941-2022). Opinião Pública, Campinas, v. 31, e31116, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-0191202531116. Disponível em: https://www.scielo.br/j/op/a/Hk4vkX9d9ztKCbBPG96cwKC/. Acesso em: 3 set. 2026.

HARTSOCK, Nancy C. M. The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: TUANA, Nancy; TONG, Rosemarie (ed.). Feminism and philosophy: essential readings in theory, reinterpretation, and application. Boulder: Westview Press, 1995. p. 67-91.

HENIG, Edir. Emancipação ou compensação? Uma análise marxista sobre as políticas públicas. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 47, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v47i1.71332. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/71332. Acesso em: 3 set. 2026.

HOBSBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IASI, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira: notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/0101-6628.187. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/bwh6wBvg87WnLx35Z8wPVvr/. Acesso em: 3 set. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Sem dados, sem direitos: seminário discute urgência de visibilidade LGBTQIAPN+ nas políticas públicas. Brasília, DF, 25 jul. 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15915-sem-dados-sem-direitos-seminario-discute-urgencia-de-visibilidade-lgbtqiapn-nas-politicas-publicas. Acesso em: 3 set. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023. Goiânia: IFG, 2019. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/817/PDI_IFG_2019_2023-PDF.pdf. Acesso em: 3 set. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPPI/IFG. Goiânia: IFG, 2018. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11548/PPPI_IFG_2018.pdf. Acesso em: 3 set. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). Conselho Superior. Resolução nº 24, de 8 de julho de 2019. Aprova o Regulamento das Ações de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Goiânia: IFG, 2019. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1263/Resolucao_24_2019_Reitoria_IFG.pdf. Acesso em: 3 set. 2026.

KUTZ, Victor. “A maior violência cometida contra a comunidade LGBTQIA+ foi o apagamento do nosso passado”. Revista Cult, 29 jul. 2026. Entrevista com Renan Quinalha. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/a-maior-violencia-cometida-contra-a-comunidade-lgbtqia-foi-o-apagamento-do-nosso-passado/. Acesso em: 3 set. 2026.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão popular. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. Disponível em: https://www.editora.ufpb.br/press5/index.php/UFPB/catalog/book/414. Acesso em: 3 set. 2026.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MÉSZÁROS, István. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 94-124.

MIELI, Mario. Por um comunismo transsexual: elementos de crítica homossexual. São Paulo: Boitempo, 2023.

OSORIO, Jaime. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. In: SANTOS, Roberto Santana; PITILLO, João Claudio Platenik; VILLARREAL VILLAMAR, María del Carmen (org.). América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

REIS, Toni. Sem dados, sem políticas: a realidade das pessoas trans no Brasil. Congresso em Foco, Brasília, DF, 2 fev. 2026. Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/artigo/116031/sem-dados-sem-politicas-a-realidade-das-pessoas-trans-no-brasil. Acesso em: 3 set. 2026.

RÉMOND, René (org.). Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Alex. Pesquisa revela apagão de políticas públicas LGBTI+ em estados. Agência Brasil, Brasília, DF, 8 mar. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/pesquisa-revela-apagao-de-politicas-publicas-lgbti-em-estados. Acesso em: 3 set. 2026.

RODRIGUES, Alex. Falta de dados confiáveis é desafio para políticas públicas LGBTQIA+. Agência Brasil, Brasília, DF, 28 jun. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/falta-de-dados-confiaveis-e-desafio-para-politicas-publicas-lgbtqia. Acesso em: 3 set. 2026.

SANTOS, Victor. The LGBT Center, espaço de memória e refúgio. MODOS: Revista de História da Arte, Campinas, v. 8, n. 1, p. 326-369, jan./abr. 2024. DOI: https://doi.org/10.20396/modos.v8i1.8674335. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8674335. Acesso em: 3 set. 2026.

---